

Recomendação n.º: 38

Algacultura nas Regiões Ultraperiféricas

A procura de algas (de todas as espécies) na União Europeia (UE) tem vindo a crescer e deverá constituir um mercado de 9 mil milhões de euros até 2030. As algas constituem uma fonte importante de novas atividades: nutrição humana e animal, química, biocombustíveis, bioplásticos, farmacologia, serviços ecossistémicos, aquacultura multitrófica integrada (IMTA), etc.

Embora o setor aquícola devesse constituir uma oportunidade efetiva de desenvolvimento para as economias europeias, a produção europeia de algas registou uma diminuição e, atualmente, representa apenas 0,2 % da produção mundial e menos de 0,1 %, se considerarmos apenas as algas com origem na algacultura.

Assim, a algacultura, à semelhança da aquacultura europeia em geral, regista um grande atraso, embora a Comissão Europeia (CE) pretenda incentivar o desenvolvimento desta atividade, como demonstrado na Comunicação da CE: «*Rumo a um setor de algas da UE forte e sustentável*».

A valorização da algacultura continua a ser uma realidade pouco conhecida na maioria das Regiões Ultraperiféricas (RUP). Existem, no entanto, algumas pequenas empresas que produzem *spirulina* ou macroalgas para os seus mercados domésticos, na Ilha de Reunião, nos Açores (*Sessentia*) e em Guadalupe (*Vimera*). Estas empresas, impulsionadas por entusiastas da biotecnologia, lutam para atingir a rentabilidade e um grau de resiliência que lhes permita enfrentar o futuro com confiança. Os produtores de *spirulina* das RUP enfrentam a concorrência de produtos de países terceiros, cujos custos de produção são muito inferiores aos dos produtores europeus. Deve também notar-se que, nas RUP das Antilhas, a obtenção de concessões para o cultivo de macroalgas é especialmente difícil, tendo em conta que a proliferação de *sargassum* na bacia das Caraíbas é vista como uma verdadeira praga.

Embora o CCRUP, partilhe da ambição da CE de desenvolver um setor florescente de cultivo de algas marinhas, devemos alertar para o facto de não se poder, por um lado, encorajar o desenvolvimento da algacultura e, por outro, ignorar a realidade da concorrência internacional.

Na nossa opinião, a CE não tem em devida conta esta realidade, nem a tem suficientemente ancorada no centro das suas decisões.

Embora o Plano de Compensação dos Sobrecustos (PCS) compense os sobrecustos das RUP relativamente à UE continental e constitua um avanço indiscutível, não fecha em absoluto o fosso entre os nossos custos de produção e os dos países asiáticos.

Por isso, o CCRUP recomenda que se encontrem soluções que permitam que os produtores das RUP compitam nos mercados europeus, caso contrário:

- As oportunidades comerciais dos nossos produtores continuarão confinadas a nichos de mercado muito limitados;
- A restrição das oportunidades nestes nichos de mercado não permitirá avançar para escalas de produção suscetíveis de reduzir os custos de produção;
- Os desejos expressos para o desenvolvimento dos nossos setores continuarão a não passar de ilusões.

As dificuldades e os longos prazos necessários para obter concessões de aquacultura são regularmente referidos como um obstáculo importante. Estes obstáculos são amplificados de forma considerável num contexto em que a invasão de certas algas, como nos Açores (alga *Rugulopteryx okamura*) e nas Caraíbas (*sargassum*) perturba os ecossistemas e gera transtornos nas áreas impactadas. Esta situação, sentida pela população local como uma calamidade, é a causa de um grande receio, pois a população acredita que a algacultura pode trazer novos problemas (invasão por outras espécies).

O CCRUP recomenda que se reforce e acelere o apoio à investigação sobre soluções para a invasão de *sargassum* e de *Rugulopteryx okamura* e, mais concretamente, à investigação aplicada destinada à sua valorização, para que deixe de ser uma praga e se converta num recurso rentável. Recomendamos também que a CE apoie programas destinados a **informar o público em geral sobre as vantagens da algacultura.**